



ENSINO MÉDIO NO BRASIL E O DESAFIO PARA A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL¹

Kariny de Cássia Ramos da Silva; Cladia Regina Bezerra Ferreira

Mestranda em Currículo e Gestão da Escola Básica - UFPA; Mestranda em Currículo e Gestão da Escola Básica-UFPA, Dr^o. Em Educação – UFPA

Universidade Federal do Pará – UFPA, ramoskariny@yahoo.com.br; Universidade Federal do Pará – UFPA, claudiarbferreira@gmail.com; Universidade Federal do Pará – UFPA, doriedson@ufpa.br

RESUMO:

A proposta aqui, é de problematizar acerca do Ensino Médio no Brasil e o desafio para a formação humano sob uma perspectiva da integralidade, pontuando questões que alcançam a discussão sobre a relação trabalho e educação, bem como seus desdobramentos. Com esse enfoque, lança mão de conceitos relativos a proposta de contra hegemonia consubstanciando o conceito de ensino médio integrado e formação humana integral. Serão chamados a participar da discussão.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Educação Humana Integral. Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

Uma vez iniciada a discussão sobre o Ensino Médio no Brasil, durante a década de 1980, passou-se a sistematização, conceituação desta pauta relevante para os educadores interessados em aprofundar suas análises.

Para a devida consistência nesta problematização, autores como Frigotto, Araújo, Ciavatta, Saviani entre outros não menos relevantes, bem como, um apanhado sobre a legislação vigente, pertinente ao tema em tela, foram sistematizados, a fim de apresentarem questões sobre o ensino médio e a formação humana.

¹ Trabalho apresentado à Disciplina Tópicos Específicos da Educação Básica, junto ao Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará- UFPA



Dessa forma, o texto sobre Ensino Médio no Brasil e o desafio para a Formação humana Integral, presta-se enquanto uma necessária discussão de um repensar sobre a formação dos jovens brasileiros e de análise da proposta de implementação de proposta sob as bases de construção de uma educação para a formação humana integral, uma vez que, a formação humana integral concebe a relação trabalho e educação indissociável.

1. SITUANDO O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO BRASILEIRO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III – que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I – Da Educação e especificamente no seu Art. 205, fala que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este artigo da Constituição Federal de 1988 retrata a intenção, mesmo que tímida, de ampliação do sistema de ensino e sua consequente universalização, quando fala: “direito de todos” e faz referência a obrigatoriedade de oferta, quando diz: “dever do Estado”, contudo, em detrimento à esta questão, da universalidade do ensino, em Belém, Estado do Pará, somente no ano de 2014, 16,5% dos jovens regularmente matriculados na rede estadual de Ensino Médio, abandonaram seus estudos, segundo dados do INEP conforme planilha:

Taxa de Abandono do Ensino Médio (2011,2012,2013 e 2014)						
Abrangência	Localização	Rede	Total Médio 2011	Total Médio 2012	Total Médio 2013	Total Médio 2014
BRASIL	Total	Estadual	10,9	10,5	9,3	8,7
NORTE	Total	Estadual	15,2	15	14,6	14,5
PARÁ	Total	Estadual	19,4	18,5	18,4	17,9
BELÉM	Total	Estadual	19,9	17	16,5	16,5

Fonte: Brasil / INEP (2011, 2012, 2013 e 2014)

Nota¹: Os indicadores acima são dados em percentuais.

Elaboração: OBEDUC (UFPA/UFPE/UFMG)

Tais dados configuram o cenário atual vivenciado pelos jovens e pelo sistema de ensino não somente no Estado do Pará, mas no Brasil todo, embora em alguns Estados apresentando variações, além disso, deixa exposta a predominância de duas vertentes pretendidas: uma que elenca intenções direcionadas a ampliação do ensino e sua universalização e outra que demonstra a realidade vivenciada pelos jovens que é consideravelmente diferente da pretendida na legislação.

A marginalidade, aqui entendida como exclusão, que os jovens estão acometidos, expressa no percentual de 16,5% apresentado anteriormente, acalora a discussão a cerca da prioridade que vem sendo exposta a juventude brasileira, retrato fiel da educação que se instaurou no cenário brasileiro. Aqui será dada ênfase, por questões didáticas, um período da história abordado desde a primeira república, considerando que não é objetivo aqui, fazer um retorno a história da educação brasileira.

No período que vai de 1889-1930 houve, do mesmo modo como ocorre atualmente, a pretensão de democratização do ensino, o que teve sua parcial vitória, haja vista que foi criado um sistema de ensino escolar com as Escolas Normais e Grupos Escolares, de acordo com Nosella (2013), a ideia foi propagada de tal modo que afugentou a inquietação sobre a marginalidade conjuntural.

A intencionalidade da proposta seria a de mascarar a própria realidade da sociedade, esta aqui entendida como a capitalista, sua ânsia em transformação da grande massa da população que estava “apta” a adentrar ao mercado de trabalho, contudo sem uma formação adequada ao mundo do trabalho, aqui entendido em seu sentido ontológico, fez da escola um antídoto à ignorância¹.

Em Escola e democracia, Saviani (2012), descreve dentre outros, dois grupos de teorias educacionais que remetem ao que trata o texto em tela: um grupo que são as que ele denomina de teorias não críticas e ao outro grupo que ele vai classificar como crítico reprodutivista.

A teoria não crítica coloca a escola como centro de referência para acabar com as mazelas da sociedade, primeiramente focando no Professor, com a pedagogia tradicional salientando que a marginalidade estava diretamente relacionada à ignorância, em seguida com pedagogia nova, onde a marginalidade passa a ser não mais o ignorante, mas o rejeitado e por fim a pedagogia tecnicista inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade.

Já a teoria crítico reprodutivista coloca a educação como reprodutora da sociedade em que está inserida. Em ambos os casos é facilmente identificado que a conjuntura vivenciada pela educação, por vezes, no caso do ensino médio confunde-se com estas teorias descritas por Saviani (2012).

A organização dos sistemas de ensino mostram sua aptidão correspondente aos interesses da sociedade de sua época, tendenciando a camuflar e consolidar a democracia burguesa, para maior

² Expressão utilizada por Saviani (2012), fazendo referência a causa da marginalidade que aqui é identificada como a ignorância e trazendo o termo “antídoto à ignorância” para acentuar o caráter de instrumento para equacionar o problema da marginalidade.

efeito de seu objetivo, a burguesia apropria-se do ensino para cumprir com a materialização de uma sociedade fundada no contrato social, daí a necessidade de transformação dos sujeitos que passam de súditos para cidadãos e a emergente prioridade atribuída à escola.

Da mesma forma que houve o vislumbre do ensino enquanto preponderante para a emancipação dos cidadãos, no contexto atual brasileiro, existe uma crescente ênfase que recai sobre o Ensino Médio, também com o intuito de potencializar as características da relação educação e sociedade (capitalista).

2. FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: UMA POSSIBILIDADE

Atualidade presente no contexto Educacional para o Ensino Médio traz à luz a discussão sobre a relação trabalho e educação com enfoque de percepção dessas duas categorias de trabalho e educação como transformadora do cenário acima explicitado.

A intencionalidade presente não claramente nas políticas públicas educacionais brasileiras cumpre com a compreensão de Ensino Médio técnico voltado para a classe trabalhadora e ensina com perspectivas de continuidade dos estudos voltados para os jovens da classe dirigente.

Inicialmente predomina uma disputa entre duas abordagens mencionadas anteriormente: a busca a conformação dos homens a realidade dada e a que !almeja a transformação social, contudo com o abandono de 16,5% dos jovens no ensino médio em Belém Pará predomina a primeira abordagem que é de cunho pragmatista e que alia-se ao Projeto desenvolvido pelo capital.

Ancorada em pressupostos marxistas que buscam a construção de uma sociedade desenvolvida sob a égide de proposta contra-hegemônica de consolidação de uma sociedade transformada para e pelos trabalhadores uma vez que *De todas as classes que hoje se opõe a burguesia, somente o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes entram em declínio e desaparecem com a grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é o produto mais característico desta* (MARX, 1818-1883, p. 66), onde, além de consubstanciar o fortalecimento dos trabalhadores, ainda requer para tal, que predomine uma educação onde a práxis seja uma constante.

Diferentemente do que vem ocorrendo pode acontecer a integração entre trabalho e educação em uma dinâmica que Garanta o aluno a construção teórica e prática de concepção da realidade e da sociedade na qual ele está inserido. O desenvolvimento de uma educação que consiga conciliar a teoria e a prática requer, além do domínio dos conteúdos, *mergulho no fazer científico pelo contato com atividades produtivas, ou seja, com as práticas materiais que foram possibilitando a produção de determinado conhecimento* (ARAÚJO, 2011).

Candau faz inferência sobre a integração entre teoria e prática, propondo que *a teoria e a prática educativa neste enfoque, são consideradas o núcleo articulador da formação do educador na medida em que os dois polos devem ser trabalhados simultaneamente constituindo uma unidade indissolúvel* (CANDAU, 1995), constituindo um olhar sobre a formação do formador.

Ciavatta defende que *como formação humana o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política* (CIAVATTA, 2002) deixando à margem, aquela concepção de “aprender a fazer”.

Sendo assim, fica evidente que existe possibilidade na implementação de uma proposta inovadora que alcance patamares de integração entre teoria e prática, combinando elementos promotores da formação ampla dos jovens, corroborando para o enfrentamento da dualidade educacional.

3. Considerações Finais

A construção de uma sociedade onde os jovens possam ser possuidores de consciência crítica e que possam adentrar no mercado de trabalho conscientes do mundo do trabalho é uma luta árdua que merece atenção de todos. A formação do jovem é definida em todos os momentos e em todos os lugares, a formação integral acontece em todos os ambientes de formas diversificadas, articulando conhecimentos práticos à conhecimentos científicos, prerrogativas para a evolução da escola e de seus integrantes, é desenvolver condições favoráveis para a materialização de sujeitos conscientes, emancipados, com formação inteira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo M. de L; RODRIGUES, Doriedson S. Filosofia da práxis e didática da educação profissional. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. lei n° 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CANDAU, Vera Maria. Rumo ar uma nova didática. Petrópolis, Vozes, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista/ Gaudêncio Frigotto. –3. ed. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.—(Coleção contemporânea).

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais INEP [on line]. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. In. O Ensino Médio no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2009. (Coleção Em Questão 6).

MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. Braga.—São Paulo: Editora Escala, 2009.— (Coleção grandes obras do pensamento universal).

NOSELLA, Paolo. Educação e crise do trabalho/Gaudêncio Frigotto (org.). 12. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. – (Coleção Estudos Culturais em Educação).

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia – 42. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 5).

PAIVA, Jane. Histórico da EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. In: PROEJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim 16. Setembro de 2006. Brasília: Ministério da Educação.